

Escrita Etnográfica: Entre o Realismo e a Ficção

Elaine Perdigão¹

Resumo: Este artigo situa-se no campo de discussão sobre etnografia e literatura, contribuindo para uma análise da etnografia enquanto atividade textual híbrida, em que poesia, arte, literatura e ficção constituem práticas experimentais antropológicas. Objetiva-se revisitar o conceito de realismo etnográfico na antropologia contemporânea a fim de refletir sobre a etnografia para além do método de campo e, em seu lugar, discorrer sobre a prática da escrita etnográfica como possibilidade alegórica e performática. O componente ficcional de toda etnografia ousa questionar a pretensão de representação do real supostamente garantida pelo relato dos fatos. O real reescrito nas palavras do autor, apesar de verdadeiro, não apenas está atrelado e aderente ao que ele viveu, mas compartilha de uma criatividade e invenção que o processo da escrita incita. Neste sentido, pois, reside uma espécie de ficcionalidade etnográfica.

Palavras-chave: Etnografia. Literatura. Realismo. Ficção.

1. Introdução

Discorrer sobre a etnografia enquanto categoria que engendra uma prática de registrar o conhecimento de um mundo, de capturá-la a partir de imagens e palavras tornando a ficção, assim digamos, real para o leitor. Seria um paradoxo? Imaginação e verdade, Literatura e Antropologia, em que medida tais binarismos são dissolvidos rumo à legitimidade de uma Antropologia Pós-moderna? Haveria uma associação mais imediata com a Literatura na medida em que a esta disciplina também se atribuiu, durante bastante tempo, a tarefa de dar a conhecer ao mundo Ocidental (urbano) sociedades tidas como “primitivas” porque “iletradas”, categorias em que as sociedades tradicionais africanas e indígenas se viram incluídas?

O termo “literatura” corre pelas margens deste texto. Tentativa, talvez, de impregnar nas palavras que aqui seguem um tom mais poético, imaginário, qualificando, dessa forma, a escrita. O valor do literário para a Antropologia reside na possibilidade de dar o mesmo tratamento hermenêutico aos poemas e romances quanto às entrevistas e à observação de campo. Este é um ponto de partida, uma premissa aceita no meio acadêmico, mas questiona-se se, na verdade, esse valor incide, antes, sobre a construção do texto etnográfico no qual as fronteiras entre

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, Rio de Janeiro.

objetividade/subjetividade, verdade/ficcionalidade estariam supostamente dissolvidas.

E como se constituem a forma e o estilo da escrita etnográfica? Em que medida adquiriu certo *status* literário e quais são suas implicações políticas? Essas são questões problematizadas no artigo.

Para quem se escreve? Leitores eruditos, componentes da estirpe acadêmica, jovens estudantes ou simplesmente leitores curiosos serão esses o público consumidor das etnografias contemporâneas? O texto antropológico pode alçar a categoria de um romance e destinar-se a leitores outros? Boas etnografias podem render bons romances? Incorporar o literário pode ser um meio vantajoso de atingir grandes públicos? São muitas as questões que rodeiam a prática de uma suposta Antropologia Literária.

“*O sentido do literário é historicamente específico*”. Com esta sentença, o autor Terry Eagleton (2006) propõe uma discussão do termo “literatura” considerando os aspectos sociais que determinam o contexto de produção dos textos. Mais do que se ater à definição e à etimologia do termo, Eagleton se preocupa em demonstrar como o texto e a obra literária devem ser pensados e situados de acordo com o pensamento dominante de uma época. Encontrar no termo “literatura” uma definição hermética é esvaziar a potencialidade que ela oferece no sentido de ampliar a capacidade e a função do texto. Sob esse ponto de vista, portanto, a noção de Literatura atrela-se menos à origem do que à recepção e à difusão da obra literária. Partindo de um viés marxista, Eagleton concebe a Literatura como ideologia, uma vez que guarda relações muito próximas com questões de poder e conhecimento. E se o termo “literatura” se apresenta, assim, permeável e contingente, como podemos defini-lo aqui a fim de estabelecer traços e distinções entre a Literatura e a Antropologia? Sugere-se pensar estes dois campos por meio de uma perspectiva pedagógica e isso significa propor uma abordagem interdisciplinar para comparação. Mas será preciso avançar na argumentação.

Certamente que, considerando as discussões teóricas que busca tecer, o texto antropológico está circunscrito a um público específico de pesquisadores e estudantes comprometidos com uma prática hermenêutica. Isso é um diferencial. Isso supostamente singulariza a recepção da escrita etnográfica dos romances e demais escritos literários. A função, portanto, seria outra? Não se trata de adentrar

simplesmente no universo imaginário, mas questionar realidades e algumas verdades, despertar o leitor para uma constante autocrítica, reconhecer e valorizar o que há de diverso, particular? Em termos mais formais, a teoria antropológica está, através de suas etnografias, construindo permanentemente um diálogo com as várias vozes e os diversos discursos numa luta constante por visibilidade e reconhecimento. Há um conteúdo político latente. A escrita antropológica tem uma missão – assim acreditamos: enriquecer o debate acadêmico e visibilizar modos de vidas.

Um momento. Será preciso dar meia volta. Refletir um pouco. Os primeiros relatos de viagem encomendados e financiados por instituições das metrópoles europeias localizaram lugares distantes, pessoas distantes. Compreender qual a lógica daquela sociedade ou como elas *funcionam* delinearão os primeiros textos produzidos sobre o Outro (esse grande outro).

Descrever os nativos e seus modos de vida compunha o escopo dos primeiros textos etnográficos. Esta espécie de redenção anunciada da escrita antropológica longe de firmar-se absoluta, reflete, antes, as contradições de seus escritores e do contexto de uma época, que lhe impõem desde um olhar cheio de preconceitos a uma abertura para um encontro mais generoso com o outro. A produção dessa Literatura etnográfica das aventuras e dissabores e da inscrição do autor-etnógrafo no texto pode ser vista nos clássicos da Literatura antropológica sobre os *nuer*, *ndembos*, *iroqueses*, *dogons*, nossos nativos, assim, convenciamos a escrever. Autores como Evans-Pritchard, Max Gluckman, Victor Turner, dentre outros, cada um com sua retórica específica, produziram uma narrativa que insere as experiências de campo numa trama de acontecimentos lógicos, sequencialmente descritos, coerentes à hipótese levantada (ERIKSEN; NIELSEN, 2007). Literatura acadêmica para ser lida por um público erudito interessado nas descrições de sociedades na aparência tão diferentes.

A antropóloga Marilyn Strathern, no livro *Fora de contexto: as ficções persuasivas da Antropologia* (2013), propõe a releitura de textos antropológicos clássicos tendo em vista não apenas o relato minucioso que pretendem registrar, mas como narrativas de ficção. Surgiria como uma verdade avassaladora a sentença de que há um conteúdo ficcional na Antropologia, revelando que, para além da monografia científica, a escrita etnográfica requer estratégias literárias que

não apenas a distinguem, mas que a adornam no sentido de tornar sua leitura interessante e crível. Marcar uma obra como “literária”, questiona a autora, é “marcar uma pessoa como detentora de uma personalidade” (STRATHERN, 2013, p. 42).

Esta alusão ao conteúdo ficcional do texto antropológico requer da disciplina a árdua tarefa de uma autoconsciência sobre a função do texto, suas possibilidades argumentativas e as limitações de representação do real que são impostas ao texto. Por mais que a narrativa antropológica se pretenda honesta, e que seu narrador esteja empenhado com sinceridade ao fazê-lo, não poderá oferecer ao leitor mais do que a seleção consciente dos fatos vividos arranjados textualmente em torno de um argumento factível, cujo principal objetivo é apresentar um relato que, aliás, para se tornar verdadeiro, deve ser devidamente pensado, revisto e reescrito.

O crítico literário Antoine Compagnon (2010) investe na associação entre linguagem e ações sociais para discorrer sobre o literário, tendo em vista a noção de representação. A potência da linguagem reside na capacidade de criar uma falsa sensação de realidade, porém não menos sentida e mobilizadora. Neste sentido, não estaria também a etnografia ocupando esse lugar de produtora de verdades e realidades? Onde termina a realidade e começa a ficção? Em que medida esta é uma pergunta interessante a ser feita? Se, para a Literatura, incluir a realidade no texto tornou-se uma problemática, incluir a ficcionalidade para a etnografia também se tornou inevitável para os antropólogos.

Se, para além da descrição pura dos fatos, o autor avança na escrita, unindo, assim, ritmo e sequência, pinçando elementos da realidade e da imaginação, não seria, por este viés legítimo, afirmar a literaridade da Antropologia? A disciplina então asseguraria sua vocação interdisciplinar, já confirmada na adoção de conceitos e ideias da psicanálise e da linguística, cujo valor reside em alargar as possibilidades de análise, de comunicação e de interpretação. Entre o relato jornalístico e a ficção pura estaria a Antropologia a contribuir com o alargamento do campo de visão do mundo em que a alteridade se traduz na grande possibilidade de uma verdadeira compreensão do outro?

2. A ilusão etnográfica

Escrever sobre o outro visibiliza uma autoridade do escritor. Àquele que escreve é, supostamente, concedida a voz que “fala por” alguém, capaz assim de

descrever seus hábitos e pequenas ações do cotidiano, evidenciando uma ação ou fala contraditória do sujeito, expondo suas contradições, seus conflitos e seu pensamento. Se a observação participante habilita o antropólogo para descrever sobre o outro, autoriza, também, que ele fale por/represente esse outro?

Chegamos a um ponto conflitante no texto. A Antropologia que pretendia conceder uma voz ao outro não mais oferece do que a voz do próprio autor autorizada pela academia. Ao representar esse outro, o antropólogo não estaria representando a si mesmo ao persistir nas analogias e comparações da sua cultura com uma outra? Os intelectuais vivem na ilusão de crer que podem falar pelo outro. Esta última sentença aparentemente radical é a pedra de toque da obra de Gayatri Spivak em *Pode o Subalterno falar?*².

O texto da autora percorrerá a trilha do Ocidente e do que ele foi capaz de escrever sobre o outro. Na narrativa de Spivak, a categoria subalterno compreende esse outro construído pelo discurso dominante do Ocidente. A autora, indiana com formação acadêmica nos Estados Unidos, nos leva a inferir sobre sua dupla experiência como intelectual e subalterna – tanto na condição de mulher como na condição de indiana. Tal condição, podemos crer, orientou seus estudos e a reflexão crítica sobre a autoridade do intelectual em construir uma fala que represente o outro. Na construção dessa retórica, há uma séria de implicações políticas que vão desde a construção de um estereótipo a uma negligência desse outro enquanto um ser crítico e consciente. Aliás, a própria denominação do outro afirma uma categoria monolítica que supõe um sujeito homogêneo e indiferenciado sob o qual se podem tecer conclusões. Nesta medida, salientar esta *ilusão* é questionar de que maneira o intelectual assume e critica essa suposta autoridade advinda da vivência no campo e da posterior análise antropológica. Spivak defende que não se pode falar pelo subalterno, mas se pode trabalhar contra a subalternidade construindo espaços para que a voz do outro possa ser ouvida.

Escrito entre os anos de 1982 e 1983, ainda que fortemente atual, o texto da autora indiana persiste na questão do Terceiro Mundo, bem como na divisão internacional do trabalho – condicionados à lógica simbólica e econômica do Ocidente. Não é mencionado de que Terceiro Mundo estamos falando, o que nos

² “Gaytri Chakravorty Spivak nasceu em Calcutá, Índia, em 1942, onde realizou seus estudos de graduação em inglês, na Universidade de Calcutá. A seguir, mudou-se para os Estados Unidos para fazer mestrado e doutorado em Literatura Comparada na Universidade Cornell” (Prefácio à edição brasileira, 2010, p. 10).

leva a crer que essa é uma discussão situada na época em que falar de um Terceiro Mundo (igualmente uma categoria monolítica) expunha as condições de subalternidade (relação dominante *versus* dominados).

E por que o lugar de onde fala o intelectual é relevante? Coelho e Sinder (2004) propõem um breve exercício de “etnografia da academia”, em que as correntes teóricas das diversas escolas antropológicas são tomadas como objetos de estudo importantes para pensar como as ideias são acolhidas e reinventadas. Neste processo de uma “antropofagia antropológica”, nos caberia questionar a adoção de certo estilo de narrativa antropológica e duvidar, se necessário, das questões teóricas que são interessantes para a escola de um país, mas não para outro. A suposta universalidade da disciplina impõe com autoridade a permanência de princípios e pressupostos que, se não forem confrontados contextualmente e igualmente relativizados, nos faz escrever e falar o mais do mesmo e a optar pela mera reprodução intelectual.

Retomando as questões marxistas nas quais está embutida a situação da classe trabalhadora, Spivak reincorpora o viés econômico ao texto – embora atenta para não resvalar em reducionismos – apontando sua intrínseca relação com a lógica do simbólico, mais especificamente com a produção intelectual, para mobilizar o papel do crítico intelectual a rever seu lugar nesse jogo de interesses econômicos e de poder. Sinaliza que precisamos reivindicar não apenas os espaços do sujeito subalterno, mas precisamos questionar quais são os espaços de onde fala o intelectual.

Diante da possibilidade de o intelectual ser cúmplice na persistente constituição do Outro como a sombra do Eu [*Self*], uma possibilidade de prática política para o intelectual seria pôr a economia “sob rasura”, para perceber como o fator econômico é tão irreduzível quanto reescrito no texto social – mesmo este sendo apagado, embora de maneira imperfeita – quando reivindica ser o determinante final ou o significado transcendental. (SPIVAK, 2010, p. 60)

No texto, portanto, estão aparentes as contradições do social e do sistema e da consciência de sua pretensa autoridade para buscar um diálogo permanente com os sujeitos da pesquisa. Assumir a presença de outras vozes no texto constitui ainda uma pauta nos textos antropológicos atuais. Estamos falando de uma prática de narrar e de uma permissão de narrar sobre a vida do outro. Transitando entre o real

e o ficcional, os antropólogos ainda se colocam o problema de representar o outro, tornando a questão da linguagem uma ação política e estética.

Arte, política e teoria se colocam na pauta dos estudos antropológicos evidenciando não apenas a característica interdisciplinar da disciplina, como também o papel do etnógrafo não mais como colecionador de culturas, mas como um *intérprete artístico do texto cultural*, como sugeriu Foster no capítulo “O artista como etnógrafo” (1996). Este novo lugar reafirma o antropólogo como explorador de um modelo textual na interpretação da cultura e que preza pelo contexto da produção, pela literaridade e pela autocrítica constante. A Antropologia – e também a psicanálise – se concentrou no enigma eterno de saber quem somos, de onde viemos e para onde vamos, questões fundamentalmente modernas que sustentaram discursos científicos através da projeção no outro.

As noções de alteridade e etnocentrismo propunham com rigor científico desvendar o homem por detrás de toda excentricidade e diferença. Esse homem já morreu, anunciou Barthes e Foucault, e o que restou foram alguns fragmentos, recortes, traços, revelando quão plural e instável é a apreensão da identidade. A Antropologia permanece como prática teórica e artística, aproximando realismo da fantasia, conhecimento e ideologia, arte e ciência. James Clifford em *Writing Culture* (1986) vê com otimismo as produções etnográficas de sua época, ele vislumbra novos horizontes para a Antropologia. A pós-modernidade, na mesma medida em que projetou novas e variadas vozes, tem como seu amargo contraponto o eco de gritos fascistas, xenófobos, autoritários, mobilizando o conservadorismo sempre à espreita. Apesar disso, persistimos com o otimismo da vontade.

A Antropologia está ancorada na questão da diferença e da alteridade como premissas para a construção do conhecimento. Conhecimento que se constrói com base na palavra do outro, que pressupõe diálogo, tradução, transcrição interpretação conjugados numa incessante jornada teórica empreendida pelo antropólogo. Nessa jornada, está o embate – que não exclui também a correspondência – entre dois mundos distintos a revelar antagonismos, semelhanças, analogias, rupturas e continuidades. O antropólogo, ao interferir nesse processo, possibilita a mediação entre a conceituação do nativo e a sua própria conceituação. Com base nesse diálogo, é que devemos refletir sobre *um sentido* da etnografia enquanto produtora de conhecimento. E, nesse sentido, é preciso retornar às questões fundamentais

da disciplina considerando questões como descrição, apresentação dos dados, interpretação e teoria.

3. Bem-vindo à Pos-modernidade

A etnografia é uma atividade textual híbrida em que poesia, arte, história e cientificismo caminham de mãos dadas. Esta, talvez, seja uma das lições propostas em *Writing Culture* (CLIFFORD, 1986): pensar a etnografia para além do método de campo e, em seu lugar, discorrer sobre a prática da escrita etnográfica como possibilidade alegórica e performática. Assim definida, a etnografia – aberta às demais disciplinas como a História e a Literatura – é revista enquanto prática somente ancorada na experiência do antropólogo, pois, ao contrário, pode agora ser definida como uma narrativa que busca presentificar um tempo já vivido e, para isso, seu autor (criador) recorre a algumas estratégias textuais para fazer reviver no texto um momento passado. Nessa medida que ao estabelecer uma cronologia – e com ela um anacronismo –, reorganizando a sequência dos fatos e selecionando os momentos a serem descritos no texto³, o autor experimenta novamente a experiência de campo incorporando à sua narrativa elementos ficcionais, concedendo, também, uma certa *aura*, que *anima* o texto.

Admitir o componente ficcional de toda etnografia significar questionar a pretensão de representação do real garantida pelo relato dos fatos. O real reescrito nas palavras do autor, apesar de verdadeiro, não apenas está atrelado e aderente ao que ele viveu, mas compartilha de uma criatividade e invenção que o processo da escrita proporciona. Incorporar a literaridade na prática antropológica dá-se como tarefa múltipla em que o contexto, a história, a retórica e a política constituem a base do texto etnográfico. No capítulo introdutório, Clifford retoma o conceito de dialogismo do teórico russo Mikhail Bakhtin⁴ para enfatizar a cultura sob o ponto de vista relacional inscrita em um processo comunicativo no qual múltiplas vozes no texto podem e devem ser ecoadas, e não somente a do autor, geralmente,

³ Segundo Clifford: “This is especially true of representations that have not historicized their objects, portraying exotic societies in ‘ethnographic present’ (which is always, in fact, a past). This synchronic suspension effectively textualizes the other, and gives the sense of a reality not in temporal flux, not in the same ambiguous, moving historical present that includes and situates the other, the ethnographer, and the reader.” (CLIFFORD; MARCUS, 1986, p. 111).

⁴ O conceito de dialogismo pressupõe o entrecruzamento de várias vozes na constituição do discurso. Noutro termo, trata-se de uma nova concepção de linguagem proposta por Bakhtin em que a interação verbal constitui a realidade fundamental da língua. A linguagem, assim como a vida, é resultado de uma constante interação com o outro a partir da qual o próprio “eu” se constitui. O dialogismo é o princípio básico da existência humana. Ver em: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

concebido como homem e branco. Nessa visão, tanto o dialogismo como a polifonia são reconhecidos como estratégias de produção textual em detrimento da monofonia autoritária característica das etnografias clássicas.

A defesa de Clifford está expressa ao afirmar que o pesquisador de campo está visível no texto não devido à sua autoridade de falar pelo nativo, mas a de reescrever, no texto, as condições de sua experiência e do seu encontro com o outro num processo dialógico. Precisamos rever a etnografia não apenas com o objetivo de representar – por meio das palavras – um lugar, um grupo de pessoas, mas, em seu lugar, visibilizar discursos múltiplos, insistentes e resistentes, e de fazer ouvir, também, o *som arranhado das canetas* dos autores, sejam esses homens, mulheres, nativos, latinos, africanos e asiáticos.

Esses diálogos ficcionais têm o efeito de transformar o texto "cultural" (um ritual, uma instituição, uma história de vida ou qualquer unidade de comportamento típico a ser descrito ou interpretado) em um sujeito falante, que vê bem como é visto, que foge, argumenta, investiga de volta. Nesta visão da etnografia, o referente apropriado de qualquer relato não é uma "palavra" representada; agora são instâncias específicas de discurso. Mas o princípio da produção textual dialógica vai muito além da apresentação mais ou menos artística de encontros "reais". Ele localiza interpretações culturais em muitos tipos de contextos recíprocos e obriga os escritores a encontrar diversas maneiras de tornar as realidades negociadas multissubjetivas, carregadas de poder e incongruentes. Nessa visão, "cultura" é sempre relacional, inscrição de processos comunicativos que existem, historicamente, entre sujeitos em relações de poder. (CLIFFORD; MARCUS, 1986, p. 14-15, tradução nossa).

A partir deste momento do texto, podemos avançar na crítica da representação que marca a Antropologia Pós-moderna. Tendo sido *Writing Culture* um marco na virada antropológica, é preciso entender o contexto de sua produção. Logo na introdução do livro, James Clifford opõe de forma contundente as noções de "invenção" e a de "representação" para atestar que as etnografias são obras de ficção e não representações da realidade. Esta renúncia à representação exigiu dos antropológicos a autocrítica de avaliar em que medida as etnografias constituíram, há muito, discursos de poder que fazem parte de um conjunto maior de outros discursos que o Ocidente produziu sobre o outro. A produção da escrita etnográfica dá-se numa relação de poder em que é concedido a alguém o direito de representar um outro. As implicações políticas resultantes fazem parte de uma geopolítica global

em que a produção intelectual reafirmou relações de subordinação. Esta armadilha discursiva de engendrar o outro na lógica da dominação é retomada criticamente para, em seu lugar, permitir o surgimento de novas narrativas que incluam as questões sobre colonialismo, negritude e feminismo⁵.

As pautas que estiveram em discussão em Santa Fé, em abril de 1984 sem dúvida, marcaram novos tempos na Antropologia. Não se tratava mais de permanecer na questão do método de campo como propunha Malinowski ou ainda discorrer sobre as “insuficiências” da Antropologia de gabinete. É certo que os antropólogos de Santa Fé estavam sinalizando que havia uma ruptura com o passado da Antropologia. Precisamos localizar nossos autores no contexto de produção intelectual, assim nos advertiu Strathern: identificar as questões que se impunham à época e perceber as congruências entre os pensamentos dos autores, bem como suas rupturas, esta é a tarefa de todo pesquisador que se propõe a fazer teoria. As associações nem sempre são livres, como supomos.

Pois, vejamos. A vanguarda de pensamento pretendida e anunciada em *Writing Culture* deve algum – ou grande – crédito a uma obra que a precedeu: *A invenção da cultura* de Roy Wagner (publicada em 1975). Citado de forma breve na introdução de Clifford, Wagner foi o primeiro a estabelecer a oposição entre invenção e representação para afirmar que a noção de cultura é uma invenção no sentido de uma criação autoral, elaborada, pensada e, nesta medida, se aproxima da própria ideia de ficção. Trazer a obra de Wagner não se dá como mera associação: o encaixe das referências bibliográficas no texto é um jogo consciente do autor para fazer crer ao leitor sua verdade, por isso, a disposição dos autores e a forma como eles “entram” no texto não são arbitrárias.

O conjunto das citações e referências, além de estabelecer a veracidade do texto, define igualmente o estilo do autor. Apresentada, às vezes, de forma desconexa, rompendo com a ordem cronológica da autoria dos textos, aproximando teorias distantes de sua época, a escrita antropológica é um jogo de encaixar. O

⁵ A questão da negritude havia sido abordada por Aimé Césaire e Frantz Fanon nos anos de 1950, que contemplaram a discussão sobre africano *versus* europeu, considerando as implicações essencialistas que resultaram dessa oposição. São obras reconhecidamente importantes que recolocaram a questão da alteridade cultural, da colonialidade e do primitivismo. O tema do colonialismo e da subalternidade não se esgotou nessa época e permanece como pauta atual tendo em vista os acontecimentos correntes de maio de 2015, em que milhares de africanos morreram no mar Mediterrâneo que levam à Europa. Cresce o número de refugiados em razão de conflitos armados, como na Síria e na Líbia, mas, ao mesmo tempo, os países europeus tornam mais restritivas suas regras para concessão de refúgio.

autor coleciona suas peças. E depois de ter percorrido em linhas gerais sobre *Writing Culture* em termos de sua originalidade e vanguarda, apresentamos *A invenção da cultura* para surpreender o leitor. Ou melhor, para destacar as rupturas e retomadas recorrentes na comunidade antropológica. Sigamos com a leitura de Wagner apresentado como certa “novidade”.

O antropólogo é um mestre de histórias. Esta não é uma citação, mas um termo que o informante do antropólogo Roy Wagner utiliza para identificá-lo. Como não se travava de um agente do governo, um missionário ou um doutor, Wagner foi classificado por seu informante como alguém que pudesse contar histórias e, assim, ser aproximado aos missionários, já familiares aos nativos. Apesar de curiosa, a anedota classificatória desperta no autor a questão do interesse e da prática de se contar histórias sobre os outros povos, suas ideias e modos de vida. A grande novidade trazida por Wagner – contemporâneo de Clifford Geertz e Marshall Sahlins – foi a de nos despertar para o caráter inventivo da cultura como objeto epistemológico⁶.

De fato, poderíamos dizer que um antropólogo “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiência – é mais “real” do que as coisas que ele “relaciona”. No entanto, essa explicação somente se justifica se compreendemos a invenção como um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia. (WAGNER, 2010, p. 42)

Independente de suas associações, o termo cultura tende a estar relacionado com uma ideia de criação, invenção, que só se torna possível através da experiência. Assim, podemos afirmar que o antropólogo cria a cultura para torná-la um objeto passível de ser experimentado. Ele lhe dá um formato, algumas características, concede um significado e torna, dessa forma, visível para o leitor a “cultura” que está estudando. Essa é justamente a novidade de Wagner quando contrapõe a noção de invenção com a de representação.

⁶ O antropólogo brasileiro Marcio Goldman, no artigo intitulado “O Fim da Antropologia”, busca resgatar a obra de Wagner destacando seu vanguardismo para a Antropologia. Ver em: GOLDMAN, Marcio. O fim da Antropologia. In: Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 89, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100012>. Acesso em: mar. 2015. Apesar de ausente nas disciplinas de formação antropológica brasileira, Wagner é considerado um precursor das discussões pós-modernas sobre ficção e representação, que somente mais tarde seriam exploradas por Clifford e Marcus em *Writing Culture* (1986). *A Invenção da Cultura* é publicado em 1975 e traduzido no Brasil 35 anos depois.

Com isso, refuta-se a verdade absoluta de que as etnografias são perfeitas e aderentes representações da realidade. Na verdade, é o anúncio do caráter ficcional da etnografia, tendo em vista não a sua verdade ou falsidade, mas a sua integridade e parcialidade, que desponta como a nova *raison d'être* da Antropologia nos anos de 1970 e 1980. Talvez o grande dilema do antropólogo seja o de apresentar uma realidade que só existe mediante estruturas narrativas. Com isso, ele cria a sua própria realidade. Entre o mundo narrado e o mundo vivido, existe um fosso que o antropólogo busca encobrir na tentativa eterna de buscar uma verdade.

E nesse jogo do texto em que a realidade é um produto do discurso, uma ficção simbólica (ZIZEK, 2003), a narrativa antropológica adquire contornos mais imprecisos na medida em que não se pode assegurar um registro seguro e real do mundo⁷. E se ela não pode atestar a verdade do mundo, poderá oferecer um registro possível e substancialmente autoral desse mundo. Por estas linhas, é que podemos reavaliar a função dos textos antropológicos como alternativas de discursos sobre si e sobre o outro.

Ao oferecer, através de seu relato, uma descrição da relação dos sujeitos e as coisas, descrição esta ancorada na vivência e na observação, a narrativa etnográfica permite visibilizar situações, contradições, contextos de dominação e opressão, modalidades artísticas, inclusive apresentando sujeitos que são negligenciados pelas instituições sociais, garantindo a eles o espaço para sua própria fala. Em outro termo, a etnografia pós-moderna possui um caráter especialmente democrático ao trazer à tona outras vozes e outros discursos. Mas, se ao admitir o conteúdo ficcional, a Antropologia se volatiliza impregnada por outras áreas de conhecimento, ao mesmo tempo, o método etnográfico constitui uma possibilidade de observação e reflexão do mundo igualmente pertinente para outras áreas de conhecimento.

4. Considerações Finais

⁷ Mais especificamente, Zizek propõe uma inversão do entendimento sobre realidade e ficção inspirado na psicanálise de Lacan. Segundo o autor, “*não se deve tomar a realidade por ficção*”, isso porque precisamos distinguir o ficcional do que ele denomina o “*núcleo duro do real*”, que só podemos suportar se transformá-lo em ficção. O exercício se torna ainda mais complexo, pois não basta desmascarar como ficção o que supostamente parece real, mas reconhecer a parte da ficção na realidade: “*somente os homens são capazes de apresentar como falso o que é verdadeiro*” (ZIZEK, 2003, p. 34). Zizek faz menção ao filme *Matrix* (1999), que alude com originalidade e perfeição o jogo complexo do real. Ver em: *Bem-Vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo, 2003.

A Antropologia está como recurso ficcional para convencer o leitor sobre um acontecimento e uma experiência descritos por meio das linhas do autor. A narrativa antropológica sendo, portanto, uma narrativa contempla a estrutura de um enredo, com cenas e personagens, mas, sobretudo, trata-se de uma narrativa porque é produto de uma escrita altamente reflexiva, pois põe à pena a experiência do escritor. Nesta feita, são adicionadas memórias, relatos, subjetividades e afeitos.

Ao aproximar romances de etnografias contemporâneas sobre processos de autoria, pressupõe-se que narrativas ficcionais são fortemente ancoradas em situações históricas concretas. Com isso, reitera-se a característica de que textos etnográficos alternam verdade e ficção com alguma consciência (embora não total) de seu autor. O autor poderá relatar o que “vivenciou”, mas esta “vivência” não poderá ser igualmente “vivenciada” pelo leitor, porque como reconstituido oferece não mais do que uma reinterpretação do vivido. Isso nos diz muito sobre as narrativas etnográficas e o limite de realidade que elas alcançam. Apesar de intentar reproduzir um real pesquisado, o etnógrafo oferece sua visão do processo. Processo este marcado pela sua visão de mundo, pela sua experiência particular, pelo encontro com outros que fornecerão de forma igualmente pessoal a interpretação sobre os dados de campo.

Em oposição a um *realismo etnográfico*, o que temos é o combinado de memórias, fatos, documentos, dados históricos, falas, trabalhados *textualmente* pelo etnógrafo para formar uma representação/modelo do mundo tão crível, quando factível. As implicações desse processo de reelaboração envolvem, por certo, questões políticas: ao possibilitar a emergência e visibilidade de vozes subalternas que podem se expressar por si mesmas e ao deslocar a questão do sujeito da fala, como ser plural e divisível, não mais atrelado ao protótipo do homem, masculino, branco, Ocidental.

As narrativas etnográficas acolhem olhares, estranhezas, curiosidade, interesses, repulsas – nesse sentido, se assemelham às biografias, elas comovem porque tratam de questões sobre o humano. São versões construídas de si e do outro – construções de construção, como nos alertaria Clifford Geertz. Discursos que entrelaçam de maneira envolvente o olhar do observador e do observado. São possibilidades de leitura, de narrativas que atravessam o campo da Antropologia e

da Literatura e que possibilitam ampliar o debate sobre as recentes produções da chamada Antropologia Pós-moderna.

E mais do que isso, são relatos que constituem objetos de investigação, porque abrigam discursos sobre si e sobre o outro, e permitem-nos avaliar como experiências pessoais proporcionam distintas observações do mundo. A ação de narrar eventos intenta sempre captar um real ainda que seja sob uma forma representada. Inscrever no texto rastros, fragmentos das interpretações, memórias é uma tentativa otimista do homem em recuperar a vida que, nos dias atuais, lhe escapa diariamente. Ultrapassar os limites de nossas próprias convenções, investir na imaginação e na experiência são os desígnios de uma disciplina atada em uma intenção de escrever e descrever o mundo. Uma pretensão quase literária. Mas atenção, esse mundo narrado existe enquanto uma representação da realidade, moldado por estruturas da narrativa. Jean Paul Sartre, em *A Náusea*, discorre sobre a oposição entre o narrar e o viver, justamente porque o mundo narrado é, de certo modo, antagonista ao mundo vivido. Pois o que está sendo narrado já não se pode experimentar. A narração é uma captura, uma construção, a realidade existe no discurso. Assim, apresentam-se os limites da narrativa etnográfica em sua suposta intenção de registrar o real.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CLIFFORD, James.; MARCUS, George. *Writing Culture*. The Poetics and Politics of Ethnography. University of California Press, 1986.

COELHO, Maria Claudia e SINDER, Valter. “De que Lugar Falamos: reflexões sobre os movimentos pós-moderno e pós-colonialista na antropologia brasileira”. In: L. Cavalcanti (org.). *Tudo é Brasil*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Paço Imperial, 2004.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ERIKSEN, T.; NIELSEN, F. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOSTER, Hal. *O retorno do real*. São Paulo: Cosac Naify, 1996.

GERRTZ, Clifford. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Do ponto de vista do nativo: a natureza do entendimento antropológico. In: _____, *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOLDMAN, Marcio. O fim da Antropologia. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 89, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100012>. Acesso em: mar. 2015.

RORTY, Richard. O declínio da verdade redentora e a ascensão da cultura literária. In: RORTY, R.; GHIRALDELLI JR., P. *Ensaio pragmatistas sobre subjetividade e verdade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 75-104.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.